

NOTA PÚBLICA
EM DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E DA VALORIZAÇÃO DAS/OS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A Ação Educativa vem manifestar publicamente repúdio contra o afastamento compulsório, pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, de 25 diretoras e diretores de escolas, um ataque ao pensamento crítico, à autonomia da escola e à gestão democrática na educação.

A Ação Educativa considera extremamente grave tal medida autoritária e antidemocrática, que viola o direito ao cargo efetivo e à estabilidade funcional destas e destes profissionais.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, representada pelo Secretário Fernando Padula, comete um grave erro ao se pautar apenas em resultados de avaliações externas de aprendizagem em larga escala para justificar tal afastamento, o que se configura também como uma estratégia de constrangimento destes profissionais. Sabemos que essas avaliações são insuficientes se não forem consideradas junto a outras dimensões da qualidade, como infraestrutura das escolas, valorização das profissionais da educação, gestão escolar democrática, acesso e permanência de estudantes, condições socioeconômicas e grau de escolaridade das famílias, equidade de gênero e raça na educação, além de um fortalecimento da rede de proteção de crianças e adolescentes.

A responsabilização individual de profissionais das escolas pela suposta baixa qualidade na educação evidencia uma política educacional que instaura um clima de perseguição, que procura manter os educadores sob constante vigilância. Trata-se de escolas com realidades bastante distintas, algumas delas reconhecidas pelo bom trabalho desenvolvido diante de contextos desafiadores, havendo inclusive unidades premiadas.

Ao mesmo tempo revela-se uma enorme preocupação com resultados positivos nas avaliações para alavancar projetos eleitorais e de poder que se aliam a parcerias público-privadas que cada vez mais ganham espaço sem transparência e diálogo com as comunidades escolares.

A Ação Educativa se solidariza com cada uma dessas comunidades escolares e conclama educadoras e educadores; gestoras e gestores públicos; mães, pais e familiares; estudantes; conselheiras e conselheiros de educação; integrantes de fóruns de educação; operadores do direito; ativistas da sociedade civil e a população em geral a se mobilizarem contra os retrocessos que a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo tenta impor às comunidades escolares e aos processos públicos de contratação de profissionais da educação. Devemos somar forças em defesa da educação pública, gratuita, laica e democrática para todas e todos.